



Anais da Assembléia

N.º 9

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA EM 11 DE MARÇO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 05.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1985

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Caíto Quintana e Amélia Hruschka.

A Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque (36). Achando-se ausentes, os seguintes Senhores Deputados: Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Irondi Pugliesi, Leônidas Chaves, Mário Pereira, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Tadeu França, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (22).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Está em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Requeiro verificação de quorum para aprovação e prosseguimento da sessão.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

24 Senhores Deputados responderam a chamada.

A Presidência irá proceder a verificação de votação requerida pelo Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

(É procedida a verificação de votação).

22 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Está aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 03/85

Prop. 05/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênio, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, objetivando o engajamento dos Municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos:

<u>Município</u>	<u>data da celebração</u>
Londrina	06.12.84
Missal	14.12.84
Sta. Helena	06.12.84
Ubiratã	10.12.84.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 04/85

Prop. 06/85

Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos 14.º e

Curitiba, 1.º de março de 1985.

15. Termos Aditivos, datados de 13 de dezembro de 1984, ao Convênio celebrado em 2 de outubro de 1975, entre o Ministério da Agricultura, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul- SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura, objetivando dar continuidade aos serviços desenvolvidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola e da Organização do Conselho Estadual de Agricultura do Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 05/85

Curitiba, 1.º de março de 1985

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 1.º Termo Aditivo datado de 13 de dezembro de 1984, ao Convênio EBTU n.º 007/84, celebrado em 15 de fevereiro de 1984, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e o Município de Curitiba, figurando como intervenientes a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos-a EBTU, a Secretaria de Estado do Planejamento, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba- COMEC e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba- IPPUC, tendo por objetivo a execução e implementação de projetos, obras e serviços de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde residem populações de baixa renda.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expreso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 06/85

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Cerro Azul, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná- SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 07/85

Curitiba 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 04/84, celebrado em 20 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, com a interveniência da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, o Município de Toledo e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná - CEAG/PR, objetivando a implantação e manutenção de escritório do CEAG/PR, na cidade de Toledo.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 08/85

Curitiba, 1.º de Março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 13 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Matelândia, com a participação da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná SU-CEPAR, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa

MENSAGEM 09/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

<u>Municípios</u>	<u>N.º de Convênio</u>
Apucarana	15/84
Corbélia	68/84
Jauariaíva	128/84
Mallet	150/84
S. João do Ivaí	266/84
Toledo	295/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 10/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 176/84, celebrado em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Nossa Senhora das Graças, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

O interesse público da aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 11/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 12 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e os Municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, objetivando dar atendimento à legislação federal e estadual relacionada com o uso e a ocupação do solo e a proteção ambiental da região litorânea do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 12/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

Municípios	N.º do Convênio
Astorga	22/84
Civelândia	62/84
Floraí	85/84
Pérola	203/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 13/85 *Prop. 15/85*
Curitiba, 11 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 1.º Termo Aditivo, datado de 12 de novembro de 1984 ao Convênio n.º 01/84, celebrado em 30 de junho do mesmo ano, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Alto Piquiri, objetivando auxiliar financeiramente o Município signatário, na execução de obras públicas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 14/85 *Prop. 16/85*
Curitiba, 11 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 22 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

Município	N.º do Convênio
Boa Vista da Aparecida	032/84
Cianorte	060/84
Eneas Marques	080/84
Flórida	088/84
Marmeleiro	165/84
Piên	205/84
Pinhalão	206/84
Quatiguá	222/84

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 15/85 *Prop. 17/85*
Curitiba, 11 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e os Municípios adiante mencionados, com os seguintes objetivos:

Data do Termo	Município e objetivo
08/11/84	CAMBIRA - Instalação de um viveiro de Muda de Café;
19/11/84	CATANDUVAS - Realização da 1.ª Festa Regional da Uva;
31/10/84	CLEVELÂNDIA - Realização da 12.ª Exposição Agropecuária e Industrial;
31/10/84	GUARACI - Realização da II EXPOGUAR - Feira Agropecuária e Industrial e Fundação da Feira do Produtor;
25/10/84	SANTO ANTONIO DA PLATINA - Realização da XII EFAPI - Exposição-Feira Agropecuária Industrial; e
25/10/84	TOLEDO - Realização da XI Festa Nacional do Porco no Rolete.

O interesse público na aprovação da

medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 16/85 *Prop. 18/85*
Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 11/84, celebrado em 9 de dezembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Guarapuava, objetivando a formação de Equipe de Assistência e Supervisão à Execução de Redes de Eletrificação Rural em áreas de consumidores de baixa renda e a construção do Centro Comunitário, Social, Cultural e Tradicionalista do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 17/85 *Prop. 19/85*
Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 278/84, celebrado em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de São Tomé, objetivando a adoção conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada

merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 18/85 *Prop. 20/85*
Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 248/84, celebrado em 16 de agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando a adoção de ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 19/85 *Prop. 21/85*
Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do 3.º Termo Aditivo n.º 011/84, datado de 22 de novembro de 1984 ao Convênio n.º 22/82, celebrado em 18 de novembro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - GEIPOT, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e a co-participação em estudos e pesquisas de transportes no Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 20/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 10 de outubro e 13 de novembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e, respectivamente, a Fundação Faculdade Municipal de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Irati, com o objetivo de promover uma ação concentrada nas Microrregiões Homogêneas de que são integrantes, visando acelerar o desenvolvimento através da caracterização de alternativas e identificação de oportunidades de investimentos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 21/85

Curitiba, 1.º de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio n.º 420/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELETROSUL e o Município de Guaíra, visando a implantação de uma unidade Técnica de Planejamento, com objetivo de assessorar ao chefe do Executivo Municipal na gestão do desenvolvimento urbano do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário

apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 54/85

Curitiba, 4 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva acrescentar parágrafo ao artigo 3.º, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, dispondo que o valor da base de cálculo do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias ICM, nas saídas para o exterior, quando expresso em moeda estrangeira, a conversão em moeda nacional será feita ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador.

A adiante transcrita exposição de motivos que me foi apresentada pelo Secretário de Estado das Finanças, diz, com o devido detalhamento, da necessidade, oportunidade e elevado interesse público de que é revestida a medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

"O Poder Judiciário e o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná, predominantemente, vêm entendendo que a conversão da moeda estrangeira em nacional, para apuração da base de cálculo do ICM nas operações de exportação, deverá ser realizada ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação. Esse entendimento é extraído da interpretação do artigo 3.º, V, da Lei 6.364/72, combinado com o disposto no artigo 143 do Código Tributário Nacional.

Eis os dispositivos mencionados:

1 - da Lei n.º 6.364/72

"Art. 3.º - A base de cálculo do ICM é:

.....
V - na saída de mercadoria para o exterior, o valor líquido faturado, a ele não se adicionando o frete auferido por terceiros, seguro ou despesas decorrentes do serviço de embarque por via aérea ou marítima;"

2 - do Código Tributário Nacional

"Art. 143 - Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributável esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento, far-se-á a sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação."

Todavia, a administração fazendária tem adotado posição diversa. Inclusive, as legislações estaduais divergem entre si ao

tratar da matéria. A vista de tais situações, os Estados já manifestaram interesse em celebrar um protocolo de intenções, no sentido de, até 31 de dezembro de 1984, uniformizarem, nas respectivas legislações, o critério de conversão da moeda estrangeira em nacional, na apuração da base de cálculo do imposto nas operações de exportação.

Assim, transformando em Lei o Anteprojeto, estará o Paraná oferecendo diretriz incontestada, tanto para a administração como para os contribuintes, inclusive eliminando a discutida cobrança do ICM sobre o valor da variação cambial, nos casos de fechamento do contrato de câmbio após o embarque das mercadorias, o que virá eliminar as constantes lides, desinteressantes ao sujeito passivo e também ao Estado."

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1.º - Fica acrescido ao art.3.º da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, o seguinte parágrafo:

"§ 11 - Para efeitos do disposto no inciso V, deste artigo, quando o valor tributável esteja expresso em moeda estrangeira, far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação."

Art.2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 55/85

Curitiba, 4 de março de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Londrina a data de terras n.º 14, da quadra 90, situada na sede do referido Município e com demais características constantes da Transcrição n.º 3.235, do livro 3/6, do Cartório do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

A doação de que trata o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta os superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, conforme esclarece o Senhor Prefeito Municipal de Londrina, em expediente que me foi encaminhado, virá ensejar con-

dições a fim de que seja implantada uma via estrutural destinada a orientar o transporte de massa no Leste/Oeste da Cidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Londrina a data de terras n.º 14, da quadra n.º 90, situada na cidade de Londrina, e demais características constantes da Transcrição n.º 3.235, Livro n.º 3/6, do Cartório do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca.

Art.2.º - A data de terras objeto do Art.1.º, destina-se à implantação da Avenida Leste/Oeste na cidade de Londrina.

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL N.º 24/85

Artigo Único: O Art.11 da Constituição Estadual, mantido os seus parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.11 - não perde o mandato o Deputado investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Prefeito da Capital, ou para exercer cargo junto à administração Direta ou Indireta da União, do Estado ou Município, ou ainda quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares."

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) Edgard Pimentel, Hermas Brandão, Sabino Campos, Antônio Annibelli, Airton Cordeiro, Caíto Quintana, Quielse Crisóstomo, Artagão Mattos Leão, Gabriel Manoel, Jorge Maia Filho, Antonio Belinati, Nelson Vasconcellos, Amélia Hruschka, Djalma de Almeida César, Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Buffara, Donato Gulín, Ferrarri Júnior, Adhail Sprenger Passos, Fiori Luiz.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora AIDÉ BREDÁ SARTORI.

Outrossim requer, que da decisão da Casa, dê-se ciência à digníssima família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Muito embora a morte seja um fato confirmado, fomos lamentavelmente surpreendidos com a notícia do falecimento da Senhora AIDÉ BREDÁ SARTORI, membro de pioneira e tradicional família do Município de Pato Branco, e que muito contribuiu para o desenvolvimento daquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do servidor público HAMILTON MARCONDES ocorrido no dia 08 de março de 1985, na cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Com este expediente, procuramos prestar uma homenagem póstuma e de reconhecimento pelos serviços prestados ao longo da brilhante carreira de funcionário público que teve HAMILTON MARCONDES nas áreas da Secretaria de Estado da Saúde e Assembleia Legislativa do Paraná onde encerrou sua vida funcional com sua aposentadoria.

Queremos, outrossim, que da decisão deste requerimento seja dado conhecimento à família do extinto, à Rua Professor João Soares Bacelar, 2516 - Apartamento 2, Bairro Boqueirão, Curitiba.

-REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. RAINOLDO ZIMERMANN, ocorrido no dia 10 do corrente, nesta cidade.

O extinto era funcionário aposentado do DER, vindo causar o seu falecimento, enorme consternação aos seus amigos e familiares.

Requer, ainda, seja dada ciência desta decisão à família enlutada, na Rua Julia da Costa, 3392 - Campina do Siqueira - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado um voto

de profundo pesar pelo falecimento do FREI CONSTANTINO GOZZO, ocorrido no dia 08 de março de 1985.

Requer ainda, que seja remetida cópia à Paróquia Nossa Senhora das Mercês na Av. Manoel Ribas, 966; à Cúria Diocesana na Av. Jaime Reis, 369 e à Direção do Hospital Nossa Senhora das Graças, à Rua Professora Rosa Saporski, 229 - Mercês - Curitiba.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O FREI CONSTANTINO GOZZO, natural da Itália, consagrou 50 anos de ação apostólica no Brasil, notabilizando-se como o Frei das bênçãos aos doentes e do conforto a todos os fiéis que buscavam sua orientação espiritual e seus sábios conselhos.

Viveu 87 anos distribuindo amor em dimensão maior como sacerdote capuchinho e como dispensador dos sacramentos e do plano salvífico de Deus.

Nos últimos 15 anos, serviu a Paróquia Nossa Senhora das Mercês em Curitiba e, diariamente, era visto no Hospital Nossa Senhora das Graças distribuindo carinho e bênçãos aos doentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, nos Anais da Casa, de um voto de congratulações aos jornalistas do jornal "Folha de Londrina" laureados pelo 2.º Prêmio Paraná de Jornalismo, bem como à Direção do jornal que, pela qualidade da apresentação gráfica e da informação, orgulha a imprensa paranaense.

Requer ainda, que se dê ciência do teor deste requerimento ao Diretor de redação da "Folha de Londrina", jornalista Walmor Macarini, solicitando a ele transmitir aos premiados as congratulações desta Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de congratulação à Prefeitura Municipal de União da Vitória; Núcleo Regional de Educação; Inspeção Estadual de Educação; Complexo Escolar Estadual Professora Amasília; Escola Estadual Professor Serapião, todos sediados em União da Vitória, que promoveram naquela cidade as festividades alusivas à passagem do Primeiro Centenário de nascimento da Professora AMASÍLIA PINTO DE ARAÚJO, bem como aos familiares da homenageada, representados na pessoa de seu filho primogênito Darcy Pinto de Araújo, residente nesta Capital, à Rua Santa Cecília n.º 195, dando-se ciência da aprovação do presente expediente por esta Augusta Assembleia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

União da Vitória, torrão natal do signatário deste,

está comemorando, nesta data, o Primeiro Centenário de Nascimento da Professora AMASÍLIA PINTO DE ARAUJO.

Conforme já foi ressaltado da tribuna, desta Casa, a homenageada nasceu na cidade de Antonina, no dia 8 de março de 1.885, sendo filha de Antonio Costa Pinto, prestigioso político da região, e de Da. Maria Francisca Costa Pinto.

Após o falecimento de seu pai, atendendo convite do sacerdote João de Oliveira, seu tio, veio residir em Curitiba, passando a cursar a Escola Normal Secundária.

Formou-se normalista aos 18 anos de idade e foi nomeada, em 10 de outubro de 1.904, para reger a cadeira de Professora na cidade de União da Vitória, tendo assumido duas funções no dia 7 de novembro daquele mesmo ano.

Na qualidade de primeira Professora Normalista daquele município, manteve a Escola, constituída de 80 alunos, por vários anos.

Em 10 de junho de 1.910 contraiu núpcias com Octávio de Araujo, conceituado comerciante, de tradicional família paranaense.

Em 1913 lecionou no Grupo Escolar Professor Serapião, que mais tarde foi desmembrado, passando a entidade escolar sediada em Santa Catarina e denominar-se "Professor Balduino Cardoso".

Representou, com galhardia, em abril de 1.914, o ensino de União da Vitória, por ocasião da visita do Presidente do Estado do Paraná, Dr. Carlos Cavalcanti.

No ano de 1.916, faleceu seu marido, fato que veio atribuir maiores responsabilidades à viúva, que ficara com quatro filhos para educar, a qual, após ter sido designada para lecionar novamente no Grupo Escolar Professor Serapião, quatro anos mais tarde passou a dirigir aquele educandário.

Foi secretária da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de União da Vitória, obra duradoura, que permanece prestando serviços até esta data à comunidade de União da Vitória.

Dedicou toda a sua existência ao ensino, mantendo várias entidades particulares onde cursavam personalidades da maior expressão em nosso Estado.

Após lecionar durante 32 anos no Município de União da Vitória, cujo relevante trabalho tornou-se símbolo de dedicação nas cidades "Gêmeas do Iguaçu", aposentou-se em 1.936.

Seu óbito ocorreu em 28 de dezembro de 1.938, e, precisamente um ano após, era homenageada com a denominação de Professora Amasília a uma das principais ruas de União da Vitória, onde um dos Educandários também tomou o seu nome.

Esses os motivos que dignificaram uma existência, cujo centenário de nascimento deve ser registrado e parabenizado por esta Casa, onde tomam assento os representantes do povo do Paraná que deve estar jubiloso por tão relevante acontecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a destinação de maior cota de remédios

para o setor da Municipalidade de Terra Boa.

A região de Terra Boa caracteriza-se, entre diversos outros aspectos, pela existência de extensas e produtivas regiões agrícolas, produtoras de diversos cultivos que dão sustentação sócio-econômica àquele município.

Por ser uma região com tais realidades a mesma é responsável pelo emprego de grande e expressivo número de trabalhadores. Esses, em sua maioria, desenvolvem suas atividades voltadas para a cultura do café (face a não mecanização) formando a chamada camada de baixa renda. Justamente ante a sua condição de pouco poder de aquisição, necessitam de apoio por parte dos Poderes Públicos constituídos, como forma de minorar seus sofrimentos.

No que diz respeito à assistência médica, no tocante à questão de medicamentos, de acordo com informações fornecidas pelo Chefe do Executivo Municipal, Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura, existe a falta de uma conta de medicamentos que seja compatível com as reais necessidades do conjunto da população, pois existem constantes transtornos face à insuficiência para atender a demanda.

Urge, neste sentido, que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, determine a liberação de quantidades de medicamentos de acordo com o volume de atendimento solicitado.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação Prof.^a GILDA POLI ROCHA LOURES, para, através da FUNDEPAR, solicitar a construção de duas (02) salas de aula na Escola Estadual 1.^o de Maio — Ensino de 1.^o Grau, localizada no Município de São Pedro do Ivaí.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual 1.^o de Maio — Ensino de 1.^o Grau, autorizada a funcionar pela Resolução n.^o 8.334/84, de 17 de Dezembro de 1984, atende a demanda escolar de 1.^a a 4.^a Série, em dois períodos.

De 5.^a a 8.^a Série, a Escola recebe clientela de sete outras Escolas Rurais Municipais, situadas num raio de aproximadamente nove Km de distância. Funcionam em duas salas nas dependências de um barracão cedido pela Igreja, onde não existe água encanada e nem instalações sanitárias. Ali é comum a intromissão de elementos estranhos que perturbam a ordem e o andamento das aulas.

A distância entre as salas, é de aproximadamente 300 m em trecho sem iluminação, em caminho sem cascalhamento, onde em dias chuvosos forma-se imenso lamaçal. Entendemos que fatos como os acima expostos, podem e devem ser corrigidos, principalmente para ser evitada a evasão de alunos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança, no sentido da realização de reformas gerais nas instalações, assim como o envio de uma viatura devidamente equipada, para a Delegacia de Polícia localizada na municipalidade de Boa Esperança.

A Delegacia de Polícia existente na cidade de Boa Esperança foi construída há muito tempo, apresentando, nos dias de hoje, diversos problemas decorrentes do seu uso ao longo do tempo. Suas instalações, como pintura, parte elétrica, encanamento e cobertura, apresentam algumas deficiências.

Outro problema apresentado, diz respeito ao transporte. Aquele organismo policial não conta com um veículo à altura, para atender satisfatoriamente as reais necessidades da área pertencente ao município.

Neste sentido, para atender iniciativa manifestada pelo Ilustríssimo Sr. Deraldino José Bispo, Delegado de Polícia, torna-se imprescindível que essa Secretaria de Estado da Segurança determine a liberação de recursos orçamentários para a realização de reformas gerais nas instalações da delegacia local; e autorize a destinação de uma viatura devidamente equipada (inclusive com compartimento para o transporte de pessoas detidas).

Sala das Comissões, em 11 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Superintendente da SUREHMA — Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido de que sejam fornecidas informações a respeito da construção de um poço artesiano no Distrito Administrativo de Lirial de São Luiz, pertencente à Municipalidade de Araruna.

O presente requerimento se faz necessário a sua apresentação, tendo em vista as preocupações manifestadas por parte daquele progressista distrito, que há muito está a reivindicar a implantação de um poço artesiano, assim como rede de distribuição.

Ademais, o anúncio quanto ao atendimento de tal reivindicação fora feito por essa Superintendência e Secretaria de Estado do Interior, constante no programa a ser executado no decorrer deste ano.

Sua agilização a fim de beneficiar a população de Lirial de São Luiz foi solicitada, em especial, pelo Excelentíssimo Sr. Laércio Swogem, que é Vereador.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Conforme correspondência que nos foi enviada pelo Sindicato Rural de Londrina, o Governo Federal tem a intenção de encaminhar ao Congresso Nacional, neste reinício dos trabalhos na Câmara e no Senado, projeto de lei que altera a sigla do FUNRURAL

para PREV-RURAL, obrigando o trabalhador rural a contribuir com 8% de seus salários (sem a contrapartida de lhes garantir direitos iguais aos da Previdência Urbana) e aumentar de 2,5% para 3,5% a alíquota do FUNRURAL. Em consequência de tais medidas, o produtor rural será penalizado em mais 1 (hum) trilhão de cruzeiros e os cerca de 10 milhões de trabalhadores rurais contribuirão com 1,7 trilhão de cruzeiros.

O objetivo último de tais aumentos é cobrir o fabuloso rombo da Previdência Social, fruto da política econômica recessiva, da incapacidade administrativa e da corrupção, como bem demonstram os recentes escândalos do INAMPS.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Congresso Nacional, endereçado aos Senhores Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados, Líderes dos partidos políticos com assento na Câmara e no Senado, solicitando dos mesmos a não aprovação de qualquer projeto relacionado com o FUNRURAL ou PREV-RURAL sem ampla consulta aos diretamente interessados, produtores e trabalhadores rurais, particularmente medidas que impliquem em um aumento da contribuição destes setores à Previdência Social.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor José Richa, solicitando do mesmo os necessários estudos com vistas a viabilizar uma remuneração, em caráter provisório, para o "Delegado calça-curta" de municípios que sejam comarcas.

Como sabemos, as pessoas que exercem tais funções, o fazem de forma precária e sempre no sentido de suprir deficiências de pessoal. Contudo, os que são designados para comarcas possuem uma carga de responsabilidade tão grande quanto um Delegado de carreira e por determinação legal, não recebem qualquer remuneração. Entendemos que a medida proposta visa, sobretudo, oferecer um mínimo de garantias para aquelas pessoas que venham a ocupar tais funções em municípios que sejam sedes de comarcas.

Assim sendo, a viabilização da referida medida trará benefícios não só para o chamado "Delegado calça-curta", que poderá desempenhar as suas funções com maior segurança, como também à toda comunidade.

Temos, portanto, a convicção de que Vossa Excelência saberá enfrentar o problema com a devida prioridade.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná. Doutor José Richa, solicitando do mesmo o encaminhamento de estudos visando promover alterações no Estatuto da Polícia Civil, buscando melhorias para o servidor policial civil.

A Associação dos Detetives da Polícia do Estado do Paraná, a Associação dos Escrivães de Polícia, a Associação dos Agentes de Segurança, a Associação de Criminalística e a Associação dos Datiloscopistas, que representam aquelas carreiras nominadas, já vem de longa data apresentando as suas reivindicações, onde se destacam a concessão do 13º salário, os 120% referentes à dedicação exclusiva e os 33,33% sobre o risco de vida se sobreponham à remuneração atual e que a gratificação especial, que já beneficia os Delegados de Polícia, seja estendida às demais categorias de servidores policiais civis.

Temos a confiança de que Vossa Excelência saberá dar a devida atenção a este problema, como também temos a certeza de que a viabilização de tais reivindicações vão de encontro à política de pessoal desenvolvida pelo Governo do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando providências por parte da Curadoria das Fundações instaladas no Município de Londrina, no sentido de averiguar a real situação existente, hoje na Fundação Médica e Assistencial aos Trabalhadores Rurais de Tamarana.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Comissão Consultiva do ICM do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, solicitação para que a farinha de penas de aves e a farinha de resíduos de incubação sejam contempladas com o mesmo benefício de redução da base de cálculo do ICM usufruído pelas farinhas de carne, osso ou sangue de frango.

De acordo com o item 3 da instrução SEFI nº 830/83, os suplementos para fabrico de ração animal são beneficiados com redução na base de cálculo do ICM nas operações internas e interestaduais. O referido ato normativo não define o que é suplemento, deixando evidente que a autoridade administrativa aplicará os conceitos já estabelecidos nas normas de alimentação animal.

O Ministério da Agricultura - único órgão da administração pública federal capacitado e competente para definir o que é suplemento para a fabrico de ração animal - assim se pronuncia por meio do artigo V do Decreto nº 76.986: "suplemento - ingrediente ou mistura de ingredientes capaz de suprir a ração ou concentrado, em

vitaminas, aminoácidos ou minerais, sendo permitido a inclusão de aditivo".

Tanto a literatura técnica como os dicionários técnicos relativos à nutrição animal, consideram a farinha de penas de aves e a farinha de resíduos de incubação como suplementos destinados à ração animal.

O não atendimento da solicitação terá impacto extremamente negativo a nível de produtor avícola, de fabricante de ração animal e de abatedor, com conseqüentes repercussões, tanto na geração de empregos, quanto na fixação do homem ao campo.

Além disso, diante da tendência cada vez mais comprovada de acentuado, e permanente aumento do preço da carne bovina, a carne de frango é, e será, uma alternativa, economicamente menos onerosa, para o consumo de proteínas e de origem animal, especialmente para as famílias de baixa renda.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A política econômica recessiva aplicada pelo Governo Federal que ora finda, imposta pelo FMI e fielmente aplicada por Delfin Neto tem no arrocho salarial um de seus pilares.

A Nova República que nasce com a eleição de Tancredo Neves terá na retomada do desenvolvimento o eixo central de sua política econômica. O combate à inflação será feito de maneira firme e decidida, "sem impor qualquer novo sacrifício aos trabalhadores", como tem reafirmado o novo Presidente da República. E de fato, não há como combater a inflação e conseguir reativar a economia sem um pleno desenvolvimento de nosso mercado interno; e tal objetivo só é possível com medidas que permitam a recuperação do poder aquisitivo da população.

Portanto, Nova República, combate à inflação e retomada do crescimento econômico não estão em contradição com o fim do arrocho salarial. Pelo contrário, uma política salarial justa é a melhor forma de construir o Pacto Social anunciado por Tancredo Neves e capaz de unir trabalhadores e empresários.

O Governo do Paraná tem se caracterizado por uma política salarial que busca perseguir a recuperação do poder aquisitivo do funcionalismo público. Entendemos, entretanto que é preciso avançar.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor José Richa, sugerindo-lhe que providencie os estudos necessários no sentido da viabilização do reajuste trimestral dos salários dos funcionários públicos de nosso Estado. Esta medida já vem sendo adotada por alguns municípios brasileiros, como São Bernardo do Campo, e já são realidade em algumas categorias de trabalhadores. Temos a convicção de que a sua implementação no Paraná será a nossa contribuição para a construção do Pacto Social necessário à Nova República.

Além do mais, o Governador José Richa, que mais uma vez surge nas pesquisas de opinião

pública como o Governador mais popular do País, poderá com esta medida colocar o nosso Estado mais uma vez, na vanguarda, em direção de uma política social justa e que busque vencer as desigualdades em nosso País.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando a destinação de material permanente, abaixo discriminado, para o Colégio Estadual Machado de Assis - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Sertãozinho.

Fora de qualquer dúvida, o Colégio Estadual Machado de Assis, pertencente ao Complexo Escolar Professora Antônia Fernandes, representa um dos verdadeiros expoentes do processo de ensino existente naquela progressista cidade, onde a preocupação quanto à elevação da qualidade de ensino oferecida é uma constante, por parte dos professores e da direção escolar.

Justamente em face do cuidado que se tem com relação a qualidade de ensino é que a direção daquele conceituado educandário, através do seu Diretor, Ilustríssimo Senhor Luiz Albertini Filho, está a reivindicar a liberação de materiais permanentes, a fim de que os mesmos sirvam para a aplicação de aulas práticas, notadamente para os estudantes dos cursos a nível profissionalizante, conforme relação abaixo discriminada:

- Dezesete máquinas de datilografia manuais;
- Três máquinas de datilografia elétricas;
- Cinco calculadoras elétricas.

Neste sentido, espera-se dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, o atendimento do que ora é postulado, onde, sem dúvida alguma, virá beneficiar enormemente o conjunto dos estudantes.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a liberação de materiais para a implantação de um escritório modelo no Colégio Estadual Carlos Gomes - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Ubatã.

Em fase de implantação, onde já existe alguns materiais para tal, o escritório modelo a ser estruturado no citado estabelecimento de ensino, terá por finalidade, principalmente,

oferecer à aplicação prática de conhecimentos conforme a Lei n.º 5692, que regula o ensino a nível de 2.º Grau, no que diz respeito a questão profissionalizante.

Neste sentido, torna-se imprescindível a colaboração por parte dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, destinando materiais para o escritório modelo conforme fotocópia anexada ao presente requerimento, atendendo manifestação do Diretor do Colégio Estadual Carlos Gomes, Ilustríssimo Senhor Lauro Hryniewicz e também do Ilustríssimo Senhor Carlos Alves, conceituado advogado da cidade.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Paraná, solicitando abertura de inquérito policial para averiguar irregularidades existentes na Fundação Médico-Assistencial aos Trabalhadores Rurais de Tamarana, denunciadas em reportagem do jornal "Folha de Londrina", edição de 2 de fevereiro de 1985, Suplemento da "Folha Rural".

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário da Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, solicitando providências com vistas a integrar o atendimento à saúde no distrito de Tamarana, Município de Londrina, envolvendo, além da própria SESB, a UEL, o INAMPS e a PML, no espírito das AIS, conforme recente convênio firmado pelo Governo do Paraná com os Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 07/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica vedado ao Poder Público Estadual a cobrança de taxa de inscrição para participação em concurso público promovido por qualquer Poder ou Órgão do Estado.

Parágrafo Único - No que se refere ao Poder Executivo, esta medida se estende aos Órgãos da Administração Direta e Indireta.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A medida que proponho visa corrigir distorções causadas pela cobrança de taxa de inscrição

para os concursos públicos. Ainda recentemente tivemos o caso de um concurso promovido pela Secretaria de Administração, com o objetivo de preencher cargos C.L.T. na Secretaria de Educação, e que teve mais de 30 mil inscritos. A grande maioria eram de desempregados e que só tinham o suficiente para o transporte. Como vemos, portanto, a medida em questão possui um elevado alcance social. Por outro lado, os recursos arrecadados desta forma não se enquadram em nenhum item do Orçamento do Estado, criando dificuldades para a sua administração. Tais são os motivos que nos levam à consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 08/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "DIRETÓRIO ACADÊMICO NILO CAIRO da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ", com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

JUSTIFICATIVA:

A crise brasileira, em todos os seus funestos aspectos, atingiu sobremaneira a classe universitária que, vem sendo não apenas vítima de uma informação insuficiente, mas também, alijada do processo de discussão das questões que lhe dizem respeito. Em consequência desta prática discriminatória, as entidades estaduais vêm enfrentando sérios problemas de ordem político-financeira, e, em sua maioria, vêm ameaçada sua própria sobrevivência.

O Diretório Acadêmico Nilo Cairo, DANC, desde a sua criação nos idos de 1938, vem sendo o órgão oficial representativo dos estudantes de Medicina da Universidade Federal do Paraná. Há 46 anos esta instituição vem zelando eficazmente pelos direitos dos futuros médicos, quer seja reivindicando medidas para a preservação destes direitos, quer seja protestando sempre que os mesmos têm sido violados. O DANC tem desenvolvido importante e insubstituível função no que tange ao esclarecimento e orientação dos acadêmicos de Medicina nos assuntos relacionados à classe e a divulgação dos mesmos junto à comunidade. Inúmeras atividades sociais, desportivas, científicas e culturais foram, através desses anos, promovidas por esta entidade com o objetivo de desenvolver o espírito da classe e a intercomunicação entre os homens. Importante também tem sido o papel de ponte do diálogo exercido pelo Diretório Acadêmico Nilo Cairo entre o corpo discente e o corpo docente, entre os alunos e a administração promovendo a aproximação e a sadia convivência dentro do respeito e solidariedade humanos. O DANC não tem fins lucrativos e não distribui lucros à diretoria nem a seus associados. Dele participam os acadêmicos, os médicos residentes, os ex-alunos hoje no exercício da Medicina e os próprios professores como sócios beneméritos ou honorários. Desta maneira, o DANC tem sido um legítimo canal de expressão da Classe Médica

do Paraná.

Entre as muitas razões apresentadas para que o Diretório Acadêmico Nilo Cairo seja promovido à Utilidade Pública, está a de que este órgão, cuja atuação tem merecido através dos anos o respeito e a consideração da comunidade paranaense, foi, é e será sempre - fiel a seus princípios e a seu Estatuto - um baluarte na luta pelo aprimoramento das instituições democráticas em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná foi surpreendido no último final de semana com documento revelado no jornal "O Estado do Paraná" e subscrito por políticos deste Estado que se integram no Partido da Frente Liberal, cujo teor é o seguinte:

"Brasília, 06 de março de 1985.

Senhor Prefeito, temos a satisfação de informar ao prezado companheiro que em audiência da bancada do PFL do Paraná com o Senhor Presidente eleito Tancredo Neves, em data de hoje, este nos confirmou a intenção de não trocar os atuais prefeitos da Área de Segurança Nacional que tenham aderido ao PFL ou ao Partido PMDB até a realização das próximas eleições.

Certos de que esta afirmação veio atender aos anseios comuns aproveitamos para renovar os protestos da perfeita estima e distinta consideração com que nos subscrevemos".

Firmam o documento o Senhor Ney Braga e Deputados Alceni Guerra, Reinhold Stephanes, Ivan Gubert, Augusto Carneiro, Ítalo Conti, Gilberto Carvalho, Fabiano Braga Cortes, Péricles Pacheco, Jorge Maia, Basílio Zanusso e Luiz Antonio Fayet.

Este documento que está redigido em papel timbrado da Câmara dos Deputados, suscitou por parte da Direção Regional do Partido Democrático Social, o encaminhamento de um telex a Sua Excelência Senhor Presidente eleito, Tancredo Neves, cujo conteúdo é o seguinte:

"Exmo. Sr.
Doutor Tancredo de Almeida Neves
Digníssimo Presidente eleito da República
Federativa do Brasil
Telex nº Brasília.

Señhor Presidente

Señhor Presidente:

Damos conhecimento a Vossa Excelência de nosso mais veemente protesto vg que hoje tornamos público para a comunidade paranaense vg face a documento divulgado pela imprensa de Curitiba vg na data de hoje vg assinado por dirigentes e Deputados estaduais e federais do Partido da Frente Liberal (PFL) vg dando conta de decisão vg de garantir nos cargos os atuais prefeitos de municípios de área de segurança nacional "que tenham aderido ao PFL e ao PMDB vg até a realização das próximas eleições no Paraná" pt

Vemos vg Senhor Presidente vg na atitude que é debitada a Vossa Excelência e que teria sido anunciada em audiência com membros do

PFL em seis do corrente vg em Brasília vg gesto que não apenas contradiz toda tradição de liberalismo e espírito democrático que tem norteado seu passado político vg mas sobremaneira posição de autoritarismo incompatível com o espírito da chamada Nova República pt

Acreditamos vg Senhor Presidente vg que tal informação vg se confirmada vg não apenas prenuncia o ressurgimento como também seu aval aas "reservas de mercados e de currais eleitorais" vg tão veementemente condenados por Vossa Excelência vg em passado distante vg durante a campanha que o fez vitorioso no Colégio Eleitoral vg mas sobretudo em recentes e constantes pronunciamentos de Vossa Excelência aa Nação pt

Por isto vg Senhor Presidente vg preferimos acreditar que vg se não houve má fé na distribuição de tal documento vg pelo menos a intenção vg utilizando o nome do presidente eleito vg é de que se e pretende reeditar no Parana metodos coercitivos e ação política condenados pelo povo brasileiro vg de forma muito particular aqui vg onde vg coincidentemente vg a maioria aos signatários da carta circular dirigida aos prefeitos de áreas de segurança nacional sabidamente procura espaço para garantir sua sobrevivência eleitoral seriamente ameaçada a partir das eleições de 1982 vg com propostas de mandonismo que os paranaenses condenam e repudiam pt

Assim vg nosso protesto é evado de perplexidade vg máxima no alvorecer de uma administração cuja proposta é de esperança na restauração da plena democracia e amplo direito ao livre exercício da política partidária vg uma aurora de novos tempos que Vossa Excelência encarna pt

Saudações pt PAULO PIMENTEL - Presidente e Deputado AIRTON CORDEIRO - Secretário geral do Diretório Regional do Partido Democrático Social (PDS) no Paraná".

Se este País pretende viver definitivamente os tempos de uma nova república é inadmissível que o Senhor Tancredo Neves tenha assumido este tipo de compromisso com os parlamentares e com os políticos do Paraná que estiveram com Sua Excelência e que passaram a integrar o Partido da Frente Liberal.

É uma coação que violenta a consciência dos homens públicos do Paraná. Uma coação que arranha todos os princípios democráticos que nós queremos, não para este Estado, mas para este País.

E respeitamos de uma forma absolutamente plena o direito de cada parlamentar e cada homem público de se filiar ao partido que bem entender.

Mas, achamos extremamente grave que o futuro Presidente da República, que veio para combater a ética mal usada, que veio para combater os princípios imorais que tanto prejudicaram este País no processo político nos últimos anos; princípios morais arranhados e violentados por maus políticos, esteja assumindo este tipo de compromisso coagindo Prefeitos dos Municípios da Área de Segurança Nacional do Estado do Paraná.

Falo, neste momento, como Parlamentar, como cidadão e como Secretário Regional do meu partido, PDS, defendendo ao mesmo tempo a

integridade destes Prefeitos que, ameaçados, hoje ficam numa posição extremamente delicada.

E quero, ao concluir, lamentar que na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o serviço de telex esteja sendo hoje censurado, porque tomei conhecimento de uma proibição da Casa para transmissão do telex que nós enviamos ao Senhor Tancredo Neves, sendo liberada a sua transmissão finalmente depois de gestões junto à Mesa Executiva O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Senhor Presidente. Senhores Deputados.

Muito embora, Deputado do PDS, que há dez meses passados compareceu na Convenção do seu partido em Brasília e votou no candidato Paulo Maluf, para candidato a Presidente da República do nosso partido.

Muito embora tivesse ele vencido o seu opositor Ministro do Interior, Coronel Mário Andreazza e posteriormente ter sido derrotado pelo candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, que toma posse nesta semana.

Muito embora todo esse episódio acontecido e seu eu pudesse voltar ao passado a fazer com que nós retrocedêssemos 12 meses, eu voltaria a fazer o que fiz, a votar em Paulo Maluf e se fosse membro do Colégio Eleitoral votaria nele para Presidente da República.

Mas, faço hoje uma análise rápida, faço um alerta, nesta minha análise aos Deputados que compõem o PMDB, porque eu como bom brasileiro, nascido no Litoral do nosso Estado, eu faço os meus mais sinceros desejos para que o Doutor Tancredo Neves faça um excelente governo, o que eu não estou achando viável, isto pelos desacertos que têm sido praticados pelo Doutor Tancredo Neves, na composição do seu Ministério.

Eu creio que não seja intromissão indébita, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu fazer esta rápida análise, faço esta análise com consciência, faço com discernimento e com os pés no chão.

Em primeiro lugar, eu creio que o Paraná não está sendo devidamente aquinhoado, o Paraná deu muito a ele para sua vitória e está recebendo muito pouco em troca de tudo que lhe ofereceu.

A incerteza, a dúvida, as dificuldades que o Doutor Tancredo Neves tempara compor o seu governo, são muito perigosas para que nós possamos avaliar e ver que o futuro do seu governo seja promissor eu creio que uma grande desilusão, depois de quatro meses de governo vai aposar-se do brasileiro, uma grande desilusão, uma grande frustração, porque espera-se o máximo dele em função das promessas que ele fez nas suas campanhas quando queria chegar a Presidente da República, não vai cumprir 30% do que prometeu daí a frustração do brasileiro, o que é muito perigoso.

Atualmente o País vive dias muito sensíveis, dias que podem propiciar ao brasileiro uma profunda reação, o dólar na sua escalada no paralelo chegou a preços proibitivos, tudo pela incerteza, pela desconfiança que gera o povo brasileiro do novo governo que vai ser instalado no dia 15 de março.

Por isso eu faço um alerta aos Senhores Deputados do PMDB, que dão sustentação ao seu governo na Assembléia Legislativa, para que raciocinem com sensatez, para que imaginem o que pode acontecer no futuro e previnam dificuldades intransponíveis, se isso realmente acontecer, o que eu não espero, faço votos, repito, que ele faça um excelente governo para estabilizar esta Nação, porque ela precisa mais do que nunca de alguém com pulso firme, o que eu não estou percebendo no Doutor Tancredo Neves que deixa se subjugar por um homem que não tem qualidades, como é o Senhor Antônio Carlos Magalhães, que parece que está mandando nesta República Nova que está se preconizando neste País.

Eu não posso ficar calado, Deputado na sua 5ª Legislatura, ver tanta força de prestígio, tanto prestígio como está sendo demonstrado pelo Senhor Antônio Carlos Magalhães, que será Ministro de Comunicações e homem chave do Governo Tancredo Neves.

O alerta que eu faço, é no bom sentido, Senhores Deputados, é para que amanhã não digam que alguém não veio ainda a tempo prever o que vai acontecer, Deus queira que eu esteja vaticinando erroneamente, Deus queira que o vaticínio seja falível, mas eu falíveis nós somos como seres humanos, mas eu vejo dias negros para este País, depois de quatro meses, se o Doutor Tancredo Neves não fizer no mínimo 50% do que ele prometeu e ele não fará 30%.

Muito obrigado, Senhores Deputados (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.
O prestigioso jornal "Folha de Londrina", em sucessivas edições recentes, trouxe ao conhecimento

O SR. PRESIDENTE (Faz soar os tímpanos) -
- A Mesa pede desculpas ao Senhor orador que se encontra na tribuna, para anunciar a presença neste plenário, da Consulesa da Suíça, Senhora Ruth Eichelberger e esta Casa se sente honrada com sua visita.

Continua com a palavra o Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Continuando, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nós trazemos hoje à Assembléia Legislativa do Paraná, o escândalo da assistência médico-hospitalar, ocorrido no Distrito de Tamarana, Município de Londrina.

O Distrito de Tamarana, localizado ao sul do Município de Londrina, com uma população em torno de quatorze mil habitantes, com uma produção econômica e uma vida social bastante intensa, superior, inclusive, a muitos municípios paranaenses, tem na assistência médico-hospitalar, primordialmente aos trabalhadores rurais, um dos seus maiores problemas que já se arrasta por muitos anos. Na área da saúde, de competência

do Estado e do município, as providências já foram tomadas. Há cerca de seis ou sete anos, é que existe, tanto do Estado, como do município o atendimento médico-ambulatorial.

No entanto, no que diz respeito à assistência médico-hospitalar aos trabalhadores rurais de Tamarana, a "Folha de Londrina", no seu suplemento de "Folha Rural", por cinco edições sucessivas, trouxe ao conhecimento público o descabro com que a situação existente trouxe, em prejuízo do atendimento médico-hospitalar da população daquela área do nosso município.

Particularmente, a Fundação Médico-Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de Tamarana, se envolve em acusações, em denúncias de irregularidades administrativas e financeiras. E é justamente em virtude da importância do assunto, que trazemos, hoje, ao conhecimento do Plenário desta Assembléia, endereçando à Mesa Executiva deste Poder, três requerimentos, que tratam do assunto.

O primeiro deles, dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando providências por parte da Curadoria das Fundações, instalada no Município de Londrina, no sentido de averiguar a real situação existente hoje na Fundação Médico-Hospitalar e Assistencial aos Trabalhadores Rurais de Tamarana.

Anexamos ao requerimento, cópias de toda série de reportagens, que o mencionado jornal editou.

O segundo requerimento, se refere ao envio de expediente ao Secretário da Segurança Pública do Paraná, solicitando a abertura de inquérito policial, para averiguar as irregularidades existentes na Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Tamarana, conforme denúncias e documentação mencionadas na primeira desta série de reportagens.

E o terceiro requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é dirigido ao Senhor Secretário da Saúde do Estado do Paraná, solicitando providências com vista a formalmente integrar o atendimento à saúde do Distrito de Tamarana, juntamente com a Universidade Estadual, o INAMPS do Paraná e a Prefeitura Municipal de Londrina, no espírito das ações integrais de saúde, conforme recente convênio firmado pelo Ministério da Previdência, Ministério da Saúde e Governo do Estado do Paraná.

São os três requerimentos que encaminhamos à Mesa, juntamente com a documentação pertinente, esperando, Senhor Presidente, que as experiências sejam prontamente atendidas.

Obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, e Senhores Deputados.

Estamos na semana da posse de Tancredo Neves como Presidente do Brasil.

Gostaríamos de lembrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que no período que precedeu à eleição do dia 15 de janeiro, milhões de brasileiros

foram às ruas, pedindo eleições diretas. O povo desejava votar para eleger o sucessor do Presidente Figueiredo.

Mas, essas eleições diretas foram, mais uma vez, negadas ao povo brasileiro. E é bem verdade que, mesmo sendo eleito através do Colégio Eleitoral, a Nação ficou feliz com a vitória de Tancredo Neves. O povo passou a extravasar um grande contentamento pela vitória do ex-Governador de Minas Gerais, como sucessor de Figueiredo, a partir de 15 de janeiro à Presidência da República.

Antes mesmo de ser o novo inquilino do Palácio do Planalto, Tancredo Neves passou a deter o comando do PMDB, do PTB, e, de sobra ainda conseguiu que seu velho amigo, "amigo de cama e mesa", Amaral Peixoto, ficasse com a Presidência Nacional do PDS.

A Grande imprensa Nacional passou a dar todo apoio a Tancredo Neves, antes mesmo de Sua Excelência chegar ao comando da nossa Pátria.

Mas, as decepções começam a surgir muito cedo: primeiro, com a escolha de alguns homens que, durante muitos anos, levaram o Brasil ao naufrágio. Homens continuistas, homens que já estão decepcionando o povo com declarações como a de Francisco Dornelles, Ministro da Fazenda, sobrinho de Tancredo Neves, que já passa a ser o novo torturador dos quatro milhões de mutuários do BNH, quando Doutor Dornelles recusou, por antecipação, antes mesmo de assumir a cadeira de Ministro qualquer alteração no sistema financeiro de habitação para reduzir as prestações do BNH neste País.

Tancredo Neves pregou moralidade, austeridade, na vida pública brasileira. E, hoje, a imprensa brasileira já anunciou como será a posse de Tancredo Neves. O povo que foi à rua para apoiar, empurrar, incentivar Tancredo, para que Sua Excelência chegasse ao Poder, este povo não será convidado para a posse, será convidado a ficar ao lado de fora do Palácio do Itamarati, para carregar bandeiras, e bater palmas à Comitiva e ao novo Governo de Tancredo Neves; e, do lado de dentro, no Itamarati estarão cinco mil estrangeiros e brasileiros, numa festa pomposa comendo do bom e do melhor, inclusive caviar. E o povo brasileiro, pobre povo brasileiro!

E a bebida, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para escândalo de todos nós, a imprensa noticiava hoje que aqueles cinco mil convidados, trajando "smoking", e trabalhador que foi à rua pedir direta, não usa "smoking". Aquelos convidados estarão bebendo "whisky" de contrabando, "whisky" apreendido pela Receita Federal.

Está hoje, na imprensa brasileira! Quer dizer, o cidadão do povo não pode beber "whisky" contrabandeado porque vai para a cadeia. Mas, lá no Itamarati, haverá um grande escândalo de um Governo que anunciou como meta principal, austeridade, combate à corrupção, aquela grande festa pomposa com "smoking" que será regada ao que há de melhor de "whisky" contrabandeado e apreendido pela Receita Federal".

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao orador inscrito, o Senhor

Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há poucos minutos atrás, o Deputado Airton Cordeiro fazia uma análise com referência ao documento distribuído em nossa região, mais especificamente onde existe e está situado a maioria dos Municípios de área de Segurança Nacional.

O Senhor Deputado Airton Cordeiro juntamente com o Doutor Paulo Pimentel, nosso Presidente do PDS, enviaram telex a Sua Excelência o Senhor futuro Presidente da República, Tancredo Neves, cobrando dele que ponha em prática o prometido durante a sua campanha eleitoral a democracia em sua plenitude. E nós estamos à espera de uma resposta sua, porque os Deputados estaduais e federais do Partido da Frente Liberal tem o direito de recorrerem todas as armas para montarem o seu Partido em nosso Estado. Mas, o que nós não podemos admitir é que o futuro Presidente da República possa creditar ao Partido da Frente Liberal ou ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o direito de ter em suas fileiras os prefeitos bionicos de ontem e os prefeitos salvadores de hoje, porque no documento, a Frente Liberal ou do Partido do Movimento Democrático Brasileiro deverão permanecer nas Prefeituras até as próximas eleições, que trarão aos cargos seus substitutos eleitos pelo povo.

Onde está a democracia que desejam implantar em nosso País? O que nós desejamos é que o PMDB cumpra a sua palavra de ontem, que não nomeará nenhum cargo pela nomeação para assumir funções que deva ser eleito pelo povo. E nós estamos assistindo neste momento, como bem disse o Senhor Deputado Airton Cordeiro, desta tribuna, que não se pode admitir um homem de um passado democrático, um homem de um passado limpo como é Tancredo Neves, possa admitir um documento como este, saído logo após a audiência que tiveram em seu Gabinete.

Ontem mesmo, recebi um telefonema de um Prefeito de Área de Segurança Nacional, pedindo a minha liberação para ingressar no Partido da Frente Liberal; democraticamente, a minha resposta apenas foi liberando o Prefeito, mas o Deputado, meu colega, Sérgio Spada, de Foz do Iguaçu, assumiu a Tribuna desta Casa, na quinta-feira passada para criticar o Partido da Frente Liberal. Mas, no mesmo dia o Deputado Sérgio Spada estivera no Gabinete do Governador José Richa, acompanhado do Prefeito de Foz do Iguaçu também nomeado, para tentarem o seu ingresso no Partido do Movimento Democrático. Segundo próprio noticiário do Jornal "Correio de Notícias", segundo palavras do próprio Senador Álvaro Dias, na "Gazeta do Povo", como, também, no Jornal "O Estado do Paraná". Três jornais entre os maiores de circulação em nosso Estado, já dão como certo o ingresso do Prefeito de Foz do Iguaçu, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Aqui estou e posso criticar o Partido da Frente Liberal por esta atitude, mas o PMDB não pode, porque com a mesma arma, no mesmo sentido, comparece ao Palácio, na presença do maior mandatário paranaense, Sr. José Richa, e se dá como certo o ingresso no Partido do Movimento

Democrático Brasileiro.

Nós cobramos neste momento, a resposta de Tancredo Neves, nosso futuro Presidente, ao Sr. Deputado Airton Cordeiro e a Paulo Pimentel, como cobramos de nosso colega, Sérgio Spada, a atitude em defender um prefeito que vem ingressar no seu partido, para não perder o cargo a que fora nomeado pelo PDS e pelo PMDB.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Antônio Annibelli) Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero me solidarizar, em parte, com o pronunciamento, nesta Casa, do Deputado Airton Cordeiro e do Deputado Tércio Albuquerque, que estão a refutar a manobra espúria, ilícita e aética do Partido da Frente Liberal, mandando correspondência devidamente assinada aos prefeitos dos municípios chamados de Área de Segurança Nacional, sugerindo a sua passagem para o Partido da Frente Liberal, ou para o PMDB, como forma de garantia dos seus mandatos, até a próxima eleição.

Condenamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque achamos que a melhor ética nos cargos de confiança seria dos próprios prefeitos, por livre e espontânea vontade, colocarem seus cargos à disposição do novo Governo, do novo Presidente, porque afinal, foram nomeados pelo Governo do Estado, com a concordância do Governo Federal e na mudança para a Nova República, o menos que se poderia esperar era que esses prefeitos colocassem seus cargos à disposição, para que, sem traumas, sem coações, sem pressões, pudesse se restabelecer a ordem nesses municípios.

Pretendo exclusivamente fazer uma ressalva ao aqui afirmado pelo Deputado Airton Cordeiro, quanto a censura do telegrama que aquele Deputado, juntamente com o ex-Governador Paulo Pimentel, fizeram ao futuro Presidente Tancredo Neves, pelo telex dessa Casa, de que não houve censura, nobre Deputado, houve unicamente a precaução do responsável pelo setor, visto estar se passando o telegrama, autoridade maior desta Nação, em nome do ilustre Deputado Airton Cordeiro, bem como, em nome com assinatura do ex-Governador Paulo Pimentel, que não faz parte dos quadros desta Assembléia, houve uma consulta a quem de direito, e tão logo a Executiva desta Casa, principalmente dos homens que hoje ocupam a Secretaria, representantes do PMDB e do PDS, foi autorizado a passagem desse telex por essa Casa, mesmo que ele fosse de assuntos mais ligados ao interesse do Diretório Regional do PDS.

Concedo o aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Caíto Quintana, eu tenho dois motivos para agradecer a Vossa Excelência.

O primeiro deles, pelo esclarecimento que traz a respeito da transmissão deste telex, ao Presidente eleito, Tancredo Neves, que por se tratar de um assunto político, continha na verdade uma mensagem de extrema importância para o Paraná, para o próprio País e para as instituições democráticas do País.

Vossa Excelência dá agora um esclarecimento, que não foi oferecido no momento em que se buscava a transmissão daquela mensagem, ao Presidente Tancredo Neves, e por isso

sou grato a Vossa Excelência.

E a segunda manifestação de gratidão é pela solidariedade de Vossa Excelência ao nosso pronunciamento e ao pronunciamento do Deputado Tércio Albuquerque, porque já tivemos, também, a oportunidade de acompanhar o pensamento de Vossa Excelência sobre esta questão.

E como nós, Vossa Excelência defende, intransigentemente, as eleições. Não só para o preenchimento dos cargos nas prefeituras dos municípios das Áreas de Segurança Nacional, mas como também, para a escolha dos prefeitos das capitais brasileiras. Porque nenhum de nós, de todos nós que defendemos eleições diretas para o Presidente deste País ou para a Presidência da República neste País, nenhum de nós tem autoridade para reivindicar outro critério que não seja o critério da escolha soberana, pelo povo, de qualquer prefeito ou de qualquer governador — de qualquer município ou de qualquer Estado do Brasil.

E é uma contradição muito grande, daqueles que buscam, através deste artifício da nomeação, da escolha feita dentro de quatro paredes. É uma contradição muito grande, exatamente na hora em que nós estamos recobrando os postulados da democracia em nosso País.

Então, eu agradeço a Vossa Excelência, pela solidariedade e pelo esclarecimento.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu agradeço o set apart, nobre Deputado Airton Cordeiro. E, vejam bem, Srs. Deputados, o que embasa em maior a área de Segurança Nacional.

O Governo Federal sempre fez, como argumentação sua, da necessidade de prefeitos nomeados na Área de Segurança Nacional, a alegação de que aqueles municípios, por serem fronteira, deveriam ter um prefeito da estrita confiança do Governador do Estado e da estrita confiança do Governo Federal. Basicamente em cima desse argumento é que o Governo Federal manteve os prefeitos desses municípios, considerados Área de Segurança Nacional.

Basicamente, em cima desse critério, o Governo Federal, chamando para si a responsabilidade dos municípios de fronteira, por considerar Área de Segurança Nacional, queria ter nesses municípios, prefeitos nomeados da sua estrita confiança. Então, permito-me um exercício de raciocínio aqui com os nobres companheiros de Bancada. Será que não é mais verdade a necessidade da estrita confiança com o Governo Federal e com o Governo Estadual? Será que não justifica mais o mesmo critério que chega a dizer o Decreto-Lei: “que os prefeitos da Área de Segurança Nacional serão substituídos quando decaírem da confiança do Governador do Estado ou do Presidente da República. Decaindo da confiança do Governador do Estado, o mesmo enviará ao Presidente da República, lista tríplice, para que nela seja autorizado a nomeação de um novo interventor”.

Ora, Srs. esse exercício de raciocínio eu faço para justificar a afirmativa que fiz anteriormente: “Os prefeitos de Área de Segurança Nacional deveriam colocar seus cargos à disposição”. Porque subentende-se que o novo Governo Federal não foi quem os nomeou. Subentende-se que um novo critério político será adotado nesta Nação.

Subentende-se que não fazem parte da mesma linha ideológica do futuro Presidente.

Então, se valeu para nomeação, a indicação desses nomes pela estrita confiança do Governo Federal; continua valendo hoje, para que terminado o mandato do Presidente João Baptista Figueiredo, como delegados seus nesses municípios, os prefeitos colocassem o cargo de confiança à disposição, para que o futuro Presidente venha a convocar quem da sua confiança para o período temporário de eleição.

Eu acho que isso é válido, eu acho que esse raciocínio é irrefutável, porque é ele que sustenta a lei, se podemos chamar de lei — discricionária —, contra os municípios de Área de Segurança Nacional.

Teria evitado essa polêmica inteira; teria evitado, o Partido da Frente Liberal, estar aliciando — este é o termo — aliciando Prefeitos, porque se nós rememorarmos também tempos atrás, dentro inclusive do próprio PDS, houve uma disputa para quem seria o vencedor desse Partido para disputar o Colégio Eleitoral. Posteriormente, houve tomada de posições de alguns Deputados do PDS, à primeira hora, formando um bloco do Partido da Frente Liberal.

Depois do fato consumado, depois da vitória do Presidente Tancredo Neves, não há mérito algum na mudança do partido desses prefeitos; há, sim, a tentativa de manter por mais alguns meses o seu mandato, filiando-se a qualquer partido, desde que isso venha representar a permanência no cargo até o dia da eleição.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se houver um mínimo de ética política nos Prefeitos da Área de Segurança Nacional, o chamamento por esse ofício dirigido aos Srs. Prefeitos, que vazou para o conhecimento dos políticos deste Estado, que vazou para o conhecimento da imprensa, não pode, sob hipótese alguma, dar sustentação à vazão também da ganância de permanência num cargo mesmo que isso custe a dignidade política dos homens que detém o comando municipal nesses municípios.

Eu concedo o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Meu caro Deputado Caíto Quintana.

Em primeira mão, agradeço a solidariedade em parte aos pronunciamentos dos Deputados Airton Cordeiro e meu, com referência à Área de Segurança Nacional.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Deputado Tércio Albuquerque, só um minutinho para esclarecimento, eu falei em parte, só porque não concordava com a afirmativa do Deputado Airton Cordeiro da censura ao telegrama, no resto, eu concordo plenamente com isso.

O Sr. Tércio Albuquerque — Eu falei em parte, porque não posso por em minha boca as palavras de Vossa Excelência, ao contrário do que foi feito...

O SR. CAÍTO QUINTANA — Perfeito, perfeito.

O Sr. Tércio Albuquerque — Eu não ia nem me referir a esse fato.

Há dias atrás, nós fizemos uma matéria na imprensa: nós declaramos à imprensa de que os Prefeitos de Área de

Segurança Nacional deveriam permanecer nos seus cargos até a realização das eleições, das eleições próximas. Porque eu espero que o Presidente Tancredo Neves, ao assumir, antecipe as eleições dos Municípios de Área de Segurança Nacional e enquadre juntamente com os municípios liberados, os demais que permanecem como Área de Segurança Nacional, bem como as Capitais de Estado, porque nós não podemos admitir, Deputado Caíto Quintana, é um Prefeito que está nomeado ao longo desses anos todos e outros mais recentes que possam permanecer em seus cargos se mudarem de sigla partidária. Isso não é democracia na sua totalidade; isso é parcialidade, porque levando um Prefeito ao PMDB como há a tentativa do Prefeito de Foz do Iguaçu e os demais do Partido da Frente Liberal não significa uma democracia plena.

Nós somos favoráveis à antecipação das eleições para o próximo mês de junho. Por que não? De todos os municípios e que se enquadre também Foz do Iguaçu, Guaíra e Barracão. Se o Governo Federal, o novo e atual achem que esses municípios devam permanecer em Área de Segurança Nacional, ninguém é contrário, só que Área de Segurança Nacional não precisa Prefeito nomeado, Prefeito não dá segurança ao povo, Prefeito não dá segurança à Nação; Prefeito eleito nada mais é do que o exercício da democracia para que o povo possa escolher o seu legítimo representante para assumir as posições.

Segurança Nacional, ao meu entender, é acreditar que ao seu, são das Forças Armadas, que estão aí recebendo os seus vencimentos para nos dar segurança, a segurança ao nosso País.

Portanto, nós que já lutamos por nomeações de Prefeitos no passado, que já pretendemos também nomeação, — é porque nós estávamos dentro da regra de um jogo preestabelecido.

Mas, nunca achamos isso democrático. Democracia é eleição do nosso povo escolhendo o seu Prefeito.

Por isto, estou solidário também com Vossa Excelência pelo seu posicionamento. Não devemos trocar um Prefeito pelo simples fato de trocar, mas podemos também, quem sabe o Presidente Tancredo, e o Governador Richa, exonerar todos e deixar os Presidentes das Câmaras até a realização das eleições. Porque, o Presidente da Câmara também significa parte democrática, porque teve o respaldo popular para chegar à Câmara. E teve o respaldo dos demais companheiros para chegar à Presidência da Câmara.

E neste jogo inteiro, eu fico sem nenhum Prefeito, mas eu concordo com esta posição.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço seu aparte Deputado Tércio, porque ele vem reforçar, inclusive, para darmos continuidade a tese de que os Prefeitos devam colocar seus cargos à disposição.

Veja bem Deputado Tércio, quem indicou os atuais interventores? Os diretórios, ou os políticos do PDS?

Quem os nomeou? O Governo do Estado com o apoio do Governo Federal.

Ora, Deputado Tércio, no momento em que muda o quadro do Governo do Estado e do Governo Federal, por si só pela legislação vigente, estes Prefeitos deixam de merecer a credibilidade tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal.

Mas mais grave ainda, seria a mudança do partido

político, porque aí deixaria de merecer a própria credibilidade do próprio PDS que o indicou.

Então, seria de boa maneira política por o cargo à disposição.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nós falamos em Nova República, se nós falamos em novos tempos, em pluripartidarismo, nós temos que ter a consciência de que a filiação num partido político representa no mínimo o casamento de idéias com o estatuto e princípios que norteiam o partido.

E nunca a barganha de cargos. Em instante algum, a barganha de cargos poderá ser um instrumento maior para que alguém venha a se filiar a um partido ou a outro.

Eu admito, Deputado Tércio, a mudança de partido até por espaço eleitoral, mas não posso aceitar a mudança de partido por compromisso previamente firmado de permanência num cargo, porque daí foi por terra toda a ideologia, princípio do homem público porque ele passa a barganhar proposições pessoais aquilo que deveria ser a sua crença maior no partido que abraça.

Mas, nós, no PMDB, que durante longos anos estamos lutando todos pela bandeira de restauração, de dignidade política dos Municípios de Área de Segurança Nacional; nós que temos uma geração inteira que nunca votou para Prefeito, chego a esta Casa Deputado Tércio, com um mandato de Deputado e nunca na vida votei para Prefeito, por ter tido a desdita de morar num Município de Área de Segurança Nacional por legislação casuística.

Então, o próprio exercício da democracia que nós tanto falamos, que deve partir das bases da convivência do eleitor com aquilo que demais importante para ele. E o que que é mais importante para um eleitor de um município se não a escolha de seu Prefeito. Talvez, mais importante do que escolher o Governador do Estado, porque a cidadania política do cidadão no município, ela está profundamente ligada com a escolha do Prefeito Municipal. É aí que afloram as lideranças; é aí que aflora um trabalho político de toda uma geração. Ambicionado é bem verdade, e pode ser, pela sua participação na sociedade, nas causas do seu município, o direito de granjear a credibilidade e a confiança dos seus para poder concorrer a Prefeito Municipal.

Então, esta legislação arbitrária, esta legislação casuística, esta legislação que tanto mal fez à Nação, desde a escolha de Prefeitos a Governadores, a Presidente da República que, graças a Deus, - nos parece, está sumindo do cenário político nacional, não pode perdurar. E muito menos servir no resquício do que ela ainda resta, para negociatas de princípios, na tentativa de permanência de cargos.

Repudio, como todos repudiamos, a tentativa de aliciamento de homens. Porque talvez o pior aliciamento que se possa fazer, é o aliciamento da consciência do cidadão livre, que deve optar por aquilo que acredita, na postulação do seu ideário político; e nunca em troca de favores, de benefícios, ou de permanência em cargos de confiança.

Temos uma posição neste partido. Haveremos de ir para a eleição o mais breve possível, porque ela já vem tarde. Não se aplauda unicamente a atitude que nos devolveu a autonomia política a estes municípios, porque ela chega muito tarde. Ela já nos tirou vinte anos de participação política. Não estão nos dando um privilégio, nem um

benefício. Estão nos devolvendo, com atraso, um direito que sempre coube aos moradores da região de fronteira.

Queremos eleição direta, sim. Queremos que os partidos lancem seus candidatos, que o povo escolha seus representantes; que a Prefeitura deixe de ser um procurador dos interesses maiores, de comandos políticos, ou da vontade maior de apenas um diretório municipal. Mas que seja uma disputa aberta, democrática, livre, da população inteira, para poder escolher seus representantes.

Tinha eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um pronunciamento a maior importância para fazer no dia de hoje. Mas o assunto intervenção, substituição de Prefeitos, eleição na Área de Segurança Nacional, são também assuntos palpitantes e imediatos, que precisam ser tratados nesta Casa, para que o Governador do Estado, José Richa, possa sentir a vontade dos municípios de Área de Segurança Nacional e possa caminhar de acordo com a vontade daqueles municípios que, durante tantos anos, tiveram tolhida a liberdade de poder escolher os seus Prefeitos para administrarem as suas comunas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. No limiar da Nova República, desejamos saudar e consignar, nos Anais desta Casa, a indicação de Affonso Camargo Neto para o Ministério dos Transportes. Sem dúvida um dos cargos mais relevantes do Governo Tancredo Neves. Consideramos a indicação de Sua Excelência como uma prova de reconhecimento ao desempenho do Governo José Richa; à contribuição do Paraná ao esforço nacional de desenvolvimento; às aspirações de todos os paranaenses que jamais aceitaram a marginalização a que o nosso Estado foi relegado nos últimos vinte e um anos, que correspondem a sucessivos Governos autoritários.

O Ministério dos Transportes, — como bem disse há dias o Presidente eleito Tancredo Neves, vale por três Ministérios, em termos de aplicação de recursos e realização de projetos voltados para interesses nacionais.

Estamos, portanto, diante de uma oportunidade única na história do nosso Estado. Oportunidade que devemos aproveitar para levantar bem alto as bandeiras paranistas, que sempre defendemos, mas que infelizmente jamais encontraram o apoio correspondente nos altos escalões da República.

É o caso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de se exigir indenização a que o Paraná tem direito, de 306 milhões e 200 mil dólares, correspondentes à construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Iniciada em 1948, esta via férrea ligando Apucarana a Ponta Grossa só foi concluída em 1975, com um percurso de 381 km, antiga ligação entre as ricas regiões produtoras do Norte do Paraná e o Porto de Paranaguá.

Sendo uma ferrovia construída pelo Governo Estadual, que ali aplicou somas consideráveis de nossos escassos recursos orçamentários e considerando-se as irregularidades do terreno que exigiram obras de arte muito difíceis e onerosas, esta obra honra o trabalho dos técnicos e operários paranaenses, que durante muito tempo foram cercados por um clima de pessimismo e descrédito; poucos acreditavam que fosse possível a construção daquele trecho, com os escassos recursos do Estado e com alguma colaboração do Governo Federal.

Esta ferrovia, permite o deslocamento de composições com mais de 5.000 toneladas, sendo o percurso feito em

doze horas, evitando o congestionamento da rodovia do café, que ali então era responsável pelo tráfego de 80.000 caminhões por mês, transportando 20 toneladas cada um, a um custo muito elevado, considerando-se apenas o consumo de combustível.

A Central do Paraná, foi inteiramente construída pelo Estado, que nos termos do acordo com o Ministério dos Transportes, seria ressarcido das despesas mediante a apresentação de faturas mensais. Ocorre que o Governo Federal jamais honrou os seus compromissos financeiros, o que determinou freqüentes paralisações da obra e a elevação dos seus custos, uma vez que o Estado, vítima de orçamentos deficitários e de uma política tributária centralizadora que carrega para os cofres da União, mais de oitenta por cento dos impostos, não tinha recursos para arcar sozinho com as despesas decorrentes da construção do trecho Apucarana/Ponta Grossa.

Ficou a dívida superior a 306 milhões de dólares, refletindo as injustas e inaceitáveis relações entre a União e o Paraná, durante o período negro do autoritarismo, quando o nosso Estado foi duplamente penalizado, pela concentração de rendas em favor do Governo Federal pelo modelo econômico imposto à Nação, que privilegiou as lavouras destinadas à exportação e à grande propriedade da terra, em prejuízo das culturas de subsistência, o que entre outros fatores negativos, gerou um exército de 450 mil bóias-frias.

É evidente, Srs. Deputados, que esperamos que esta dívida seja resgatada na administração de Affonso Camargo Neto, à frente do Ministério dos Transportes, que até por laços de família, está intimamente ligado à história do Paraná.

Da mesma forma, Sr. Presidente, acreditamos que o Governo da Nova República, atenderá o clamor dos paranaenses, que lutam por indenizações justas para reparar em parte os prejuízos que sofremos com a construção de grandes barragens que proliferam como cogumelos, gerando energia para acelerar o progresso paulista de outros Estados e deixam para o Paraná apenas o ônus social e econômico desses gigantescos empreendimentos.

Aí está, Srs. Deputados, o êxodo rural causado principalmente por Itaipu, expulso de suas terras milhares de agricultores que plantavam soja em lavoura de subsistência, foram obrigados a reunir os seus pertences e migrar aos milhares com suas famílias para o Paraguai, para Argentina e para Bolívia, para a Frente Amazônica, na tentativa de manter os seus vínculos com a agricultura ou o que é pior, em direção aos centros industriais de São Paulo e Curitiba, passando a engordar os cinturões dos bairros periféricos.

O Paraná perderá anualmente 700 mil toneladas de produtos agrícolas, considerando apenas 89 por cento da área a ser inundada até 1.990.

E não digam, os homens da ELETROSUL que têm dito que isto é utópico, porque no projeto da ELETROSUL consta a construção de 53 barragens, que podem ou não ser construídas, mas estão em andamento na análise desses empreendimentos e o Paraná precisa gritar agora, antes do fato consumado como ocorreu em Itaipu.

Significa que mais de 6.500 km² de terras férteis deixarão de produzir, sem que o Governo Federal tenha sequer cogitado de instituir programas especiais de apoio

ao processo de industrialização do Paraná.

E o Paraná, que tem energia de sobra, está agora na iminência de sofrer uma nova agressão e irreparáveis danos, com a construção de Ilha Grande.

Ora, Srs. Deputados!

Sabemos que os investimentos na construção de hidrelétricas no Paraná representam 25 bilhões de dólares — um quarto de nossa gigantesca dívida externa — sem representar nenhum benefício à nossa economia.

Hoje temos um excesso de 10 milhões de quilowatts, Sr. Presidente. Ou seja, de toda energia aqui gerada, o Paraná consome menos de vinte por cento. O restante é exportado para outras regiões, gerando uma receita de mais de um bilhão de dólares anuais, para a ELETROSUL, para o Plano Federal e o nosso Estado nada recebe em troca. Nada — menos de 57 grandes usinas foram projetadas para o Paraná, sendo que noventa por cento delas deverão ser construídas pela ELETROSUL.

Este Estado vai virar um imenso lago! Temos denunciado isso; continuaremos a denunciar isso, porque ele traz no seu bojo, o fruto do desemprego, da falta de terra, da queda da arrecadação, da queda do clima. E nós não podemos calar contra esse grande crime que se comete contra o Estado paranaense. Vai deixar de ser celeiro do Brasil em produção agrícola, para se tornar um imenso lago gerador de energia para o País, sem nada receber em troca, como nada recebemos até hoje com a construção de Itaipu.

É por isso que ousamos apresentar propostas alternativas à ELETROSUL e ao Governo Federal, Sr. Presidente.

Estamos dimensionando os prejuízos que o Paraná e Mato Grosso do Sul terão com o aproveitamento de Ilha Grande.

Um prejuízo que deve ser minuciosamente avaliado, para que possamos reivindicar compensações adequadas do Governo Federal, se não for possível adiar ou cancelar esta obra.

Entendemos, Srs. Deputados, que soluções técnicas devem ser apresentadas à ELETROSUL, visando salvar a maior parte possível de nossas terras agricultáveis e por isso, reiteramos os seguintes procedimentos imediatos, que já apresentamos no Seminário de Grandes Barragens, que realizamos nesta Assembléia, em outubro passado:

Primeiro — A criação de um grupo de trabalho designado pelo Governador José Richa e indicado por esta Assembléia, para estudar em detalhes as implicações de Ilha Grande;

Segundo — propor ao Governo do Mato Grosso do Sul a sua participação neste estudo, para que reivindiquemos juntos melhores compensações do Governo Federal;

Terceiro — estudo de viabilidade técnica, para modificar o aproveitamento de Ilha Grande, com a construção de diques de pequeno porte, para aproveitar, pelo menos, setenta por cento da área que seria preservada, para utilização agrícola, sem prejuízos para a geração de energia e navegação fluvial.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte ao ilustre Deputado Caíto Quintana.

Vossa Excelência aborda com muita propriedade o problema das hidrelétricas do Estado do Paraná. Mais do que isto, problema gerado pela construção destas hidrelétricas no Paraná, então Estado agrícola, celeiro do Brasil.

Vossa Excelência fala na criação de grupo de trabalho; no contacto a ser feito com o Governador do Mato Grosso do Sul, para obtermos mais vantagens para os Estados do Paraná e do Mato Grosso. Todavia, ilustre Deputado Caíto Quintana, a proliferação destas hidrelétricas, no Estado do Paraná, além do desequilíbrio ecológico, tem gerado problemas sociais, da maior repercussão e da maior gravidade e que até hoje, o Governo Federal, não tem tido sequer a dignidade e a honestidade, de pagar as terras inundadas, como, por exemplo, não pagou, cerca de 160 mil alqueires, inundados de terras indígenas no Paraná. O homem que trabalha a terra, precisa dela para sobreviver e para produzir. Eu, sou um dos descrentes das promessas governamentais. Espero, Deputado Caíto Quintana, que com o advento desta nova República, que por aí se diz ser nova, não a vejo tanto assim, mas, pela experiência e pelo passado do Presidente Tancredo Neves, eu espero que haja mais dignidade e mais cumprimento da palavra empenhada pelos homens públicos do Brasil.

Mas, por não acreditar, com toda sinceridade da minha alma, e por amar o Paraná, é que eu sou muito mais, para que se convoque o povo num plebiscito, para dizer se aceita que sua região seja tomada por tantas hidrelétricas, que ao Paraná mesmo não traz sequer nenhum benefício.

Ilustre Deputado, solidarizo-me com o seu pronunciamento porque é de denúncia e é também de alerta. E o Paraná que já contribuiu tanto, hoje pelos noticiários de jornais, pela imprensa nacional, este Paraná que tanto dá, parece-nos que também não vai receber, porque, pelo menos quanto aos cargos de Ministério, o Paraná não foi aquinhado com nenhum.

O Senador Affonso Alves de Camargo Neto, conquistou, ele sim, um Ministério, mas não vejo nenhum nome indicado pelo Governador José Richa, que foi companheiro das primeiras horas: que foi, inclusive o lançador da campanha "Pró-Diretas" no Brasil; não vejo a menção de nenhum nome da sua indicação a compor o futuro Ministério, ou, sequer, nome de segundo escalão. Então, eu acredito que o Paraná, que Deus, por favor, nos proteja, que eu esteja enganado, mas, a meu ver, o Paraná, já nesta nova República, está sendo traído. Então, é muito importante que o povo do Paraná se mobilize para que não deixe a proliferação, a instalação de tantas hidrelétricas e só na Ilha Grande, a área a ser inundada no Paraná é muito maior do que a área que foi inundada com a construção da Usina de Itaipu.

Ilustre Deputado, meus parabéns pelo seu oportuno pronunciamento. E devo dizer, eu estou a seu lado, para, realmente, se for preciso, mobilizarmos a população do Paraná, para opinarmos se aceitamos esta invasão de hidrelétricas em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu agradeço seu aparte, Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

Não poderia esperar outra coisa de Vossa Excelência, visto ter acompanhado a sua grande luta nestes dois anos

de mandato, em defesa da ecologia do nosso Estado paranaense.

Ecologia ferida, maltratada, por "n" fatores.

Ecologia que, na sua quebra, gera, sem dúvida alguma problemas sociais. E aí, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, está exatamente a preocupação de todos nós paranaenses, de que o Governo Federal leve o bônus dessa construção e nos deixe o ônus social, para ser ministrado com os poucos recursos do nosso Estado, devido ao sistema concentrador de riqueza pública na mão do Governo Federal. (Lê):

"Entendemos, Srs. Deputados, que devemos nos antecipar aos acontecimentos, para evitar a política de fatos consumados que não nos deixam outra alternativa, senão a de lamentar os prejuízos causados, como ocorreu com Itaipu.

É por isso que devemos levantar aqui e agora a bandeira da ferrovia da soja, unindo o Porto de Paranaguá a Foz do Iguaçu e a Dourados, em Mato Grosso do Sul, construção que deve ser prioritária ao aproveitamento de Ilha Grande.

Queremos deixar claro que os 500 milhões de dólares necessários à construção da ferrovia da soja não representam nada para os recursos desta Nação, comparados aos 16 bilhões de dólares já investidos em Itaipu e à sangria representada pelas usinas nucleares, cujo programa foi estimado em mais de 30 bilhões de dólares.

Estudos desenvolvidos no Paraná e em Mato Grosso do Sul, demonstram a necessidade de um "corredor de alimentos" que desemboque em Paranaguá. Já em 1985, mais de 16 milhões de toneladas agrícolas serão transportadas pelos dois Estados, além de milhares de cabeças de bovinos e suínos que exigem transporte fácil e barato.

Entretanto, Sr. Presidente, a ferrovia da soja será necessária para transportar as formidáveis reservas de minérios de Mato Grosso do Sul, estimadas, só em manganês, em 81 milhões de toneladas, além de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro, sem esquecer as milhões de toneladas de calcário, carvão, talco e cimento produzidos no Paraná.

Em defesa da ferrovia da soja, queremos dizer que há um consenso universal que o transporte sobre trilhos é o único meio, em terra, capacitado a atender de forma econômica a transferência de grandes volumes de carga homogênea, das zonas produtoras aos portos de embarque ou aos grandes centros consumidores.

Para se desenvolver, nenhum país pode prescindir de um eficiente sistema de transporte ferroviário. É por isso que logo após assumir o cargo, o Governador José Richa solicitou ao Ministro dos Transportes, entre outras reivindicações, a construção das ligações Guarapuava-Cascavel, Cascavel-Guaíra, Cascavel-Foz do Iguaçu, Cianorte-Guaíra e Guarapuava-Pato Branco.

Em 23 de junho de 1983, o Governador reiterou ao Ministro Cloraldino Severo, a construção da ferrovia da soja, dizendo expressamente:

— "Temos a obrigação de dar ao transporte ferroviário o relevo que ele merece, particularmente quando se constata demanda de transporte em escala crescente, reclamando ações concretas e urgentes, capazes de dar respostas às exigências do desenvolvimento do Paraná".

E recentemente, entre as reivindicações do Paraná apresentadas ao Sr. Tancredo Neves, antes mesmo da reunião do Colégio Eleitoral, incluímos expressamente a construção da ferrovia da soja.

Todos temos consciência das dificuldades para o escoamento das safras, com graves perdas para a economia estadual. Assistimos a imobilização periódica de grandes frotas de caminhões e a necessidade de subsidiar a produção, para que alcance preços competitivos no mercado internacional, quando estes preços são em grande parte onerados pelos altos custos do transporte.

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer uma ressalva em defesa dos caminhoneiros do Paraná, pode parecer que a nossa luta em defesa da Ferrovia da Soja venha trazer dificuldade para os homens que transportam com caminhões as riquezas neste Estado. Pelo contrário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos nós sabemos que se encurtarmos as distâncias iremos agilizar o transporte da zona produtora até o tronco ferroviário. E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, basta constatar em Paranaguá, onde um caminhoneiro gasta quinze, dezoito horas para se locomover do ponto de produção até o Porto de Paranaguá, e lá fica estacionado em filas por quatro, cinco, dez dias, esperando sua vez de descarregar. Isso dificulta o seu trabalho, isso diminui o seu lucro, isso gera morosidade no deslocamento da produção da zona de produção até o Porto de embarque, quando todos nós sabemos que através do entroncamento ferroviário os caminhoneiros continuariam com seu trabalho garantido, mas poderiam agilizar o transporte de suas cargas, fazendo muito mais viagens pelo tempo ocioso que gastam aguardando em Paranaguá, gastando o pouco que lhes sobra de lucro na espera angustiante até que possam descarregar os seus navios nos armazéns das firmas lá estabelecidas.

"Consideramos que a melhoria interessa tanto ao país como aos estados que dele se beneficiam, por ser um fator de desenvolvimento comum, e não podemos aceitar como válidas, as alegações a respeito de falta de recursos.

Ao mesmo tempo que alegava não dispôr de recursos para desenvolver o setor ferroviário, o Governo Federal, nos últimos 21 anos, deixou-se dominar pela "loucura rodoviarista". Multiplicaram-se as rodovias, para prosperidade da indústria automobilística, dominada por empresas multinacionais. O automóvel tornou-se o rei do sistema de transportes e os caminhões substituíram os vagões.

No Brasil, mais de 70 por cento do transporte de cargas é realizado por caminhões, contra 20 por cento, no máximo, na União Soviética, Japão, Alemanha Ocidental e outros países desenvolvidos.

Lá fora o setor ferroviário domina amplamente o transporte de cargas, porque o mesmo volume transportado por trem custa 6 vezes menos do que ele for transportado por caminhão.

Ao levantar a bandeira da ferrovia da soja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que ela não será um prêmio ao Paraná, mas uma compensação de parte dos prejuízos que sofremos com as grandes obras hidrelétricas. E lembramos que a sua construção é um compromisso que o governo brasileiro assumiu, expressamente, no tratado que assinou com o Paraguai, para a construção de Itaipu.

Mais do que isso, será uma saída concreta, viável e

econômica para reduzir a nossa crônica dependência em relação ao petróleo importado a peso de dólares.

Em 1981, considerando-se apenas os limites do território paranaense, consumimos 900 mil toneladas de óleo diesel, exclusivamente, com o transporte rodoviário de cargas, o equivalente a 250 milhões de dólares. No mesmo ano, a receita da exportação que realizamos via Porto de Paranaguá, foi de 750 milhões de dólares.

Ou seja, exatamente um terço do valor das exportações paranaenses é queimado nas rodovias, para o transporte de nossa produção agrícola, desde as regiões produtoras até os centros de consumo e o Porto de Paranaguá.

É por isso que fizemos que a ferrovia da soja efetivamente desencadeará um processo de desenvolvimento econômico e social deste Estado, com relevantes repercussões a nível nacional, ao contrário do que ocorre com outros projetos patrocinados pelo Governo Federal, sem qualquer retorno, com a malfadada ponte Rio - Niterói, a Transamazônica e as usinas nucleares".

Esperamos que o Ministro dos Transportes, Affonso Camargo Neto, pelas suas ligações com o Paraná, pela sua tradição de paranaense, saiba representar os anseios dos paranaenses, para que o nosso Estado seja ressarcido nos seus cofres, dos mais de 306 milhões de dólares que temos em crédito do Governo Federal, pela construção da Central do Paraná, e que o nosso Ministro, que sempre defendeu os interesses desse Estado, defenda mais uma vez, fazendo retornar ao Paraná aquilo que lhe é de direito.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e solicito à Mesa, que providencie a remessa de cópias do inteiro teor deste pronunciamento, ao Ministro Affonso Camargo Neto, ao Governador José Richa, ao Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, e aos representantes do Paraná na Câmara Federal e no Senado da República, para que, juntos, façamos um mutirão paranista, de reivindicação daquilo que nos cabe, por direito, pela luta dos paranaenses.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Consulto a Liderança do PMDB se deseja dispor do horário que lhe resta.

OSR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - - Abdicamos do restante do horário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Consulto a Liderança do PDS, se deseja usar o horário que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury, Nelson Buffara, Ferrari Júnior, Fiori Luiz e demais Srs. Deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. - Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/84, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DOS ENCARCERADOS — AARE, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 07/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DOS ENCARCERADOS — AARE, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Assistência e Recuperação dos Encarcerados, é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, com o objetivo filantrópico, tendo por finalidade promover a reabilitação social e humana dos detentos, proporcionando-lhes atividades assistenciais, educacionais, profissionais e culturais. Prestando, também, assistência às famílias dos detentos, desenvolvendo programas de atendimento social e colaborando nos trabalhos de prevenção à criminalidade, junto aos dependentes dos presidiários.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 07/84

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Mário Pereira, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DOS ENCARCERADOS DA CIDADE DE CASCAVEL, o mesmo foi convertido em diligência para que se cumprisse o que prevê o item 1, do Art. 1.º, da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, porém agora cumprido o interstício exigido pela citada Lei, no tocante à existência jurídica da entidade, somos pela sua **Aprovação.**

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Estela Barbosa de Lacerda Santos, ocorrido no dia 12 de fevereiro do corrente ano, no Município da Lapa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bianor Nunes, Presidente do Diretório Municipal do PMDB do Município de Arapoti — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Alô Ticoulat Guimarães, ocorrido no dia 04 de março do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jair Nunes Vieira, ocorrido no Município de Lunardelli. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Alô Guimarães, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Municipal de Curitiba. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edgard Antunes da Silva, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Farilho Batista da Silva, ocorrido no dia 06 de fevereiro do corrente ano, no Município de Califórnia. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Alô Ticoulat Guimarães, ocorrido no dia 04 de março do corrente ano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alô Ticoulat Guimarães, ex-Senador, ex-Deputado Federal e ex-Prefeito Municipal de Curitiba. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Décio Canabrava, pioneiro no Município de Paraíso do Norte. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Franqueto, do Município de Campo Largo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Daroslaw Malanowski, ocorrido no dia 06 de março do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Aidé Breda Sartori, membro de tradicional família do Município de Pato Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hamilton Marcondes, ocorrido no dia 08 de março do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Frei Constantino Gozzo, ocorrido no dia 08 de março do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rainoldo Zimmermann, ocorrido no dia 10 de março do corrente ano, nesta Capital. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Sabino Campos e Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 192/80, que cria o Município de São José, desmembrado do Município de Santa Helena, com as divisas que especifica. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente de sessão anterior,

solicitando voto de congratulações aos Srs. Prefeito Municipal de Telémaco Borba e Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela iniciação dos cursos de nível superior no Município de Telémaco Borba. - **Aprovado.**

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, solicito verificação de quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

17 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 112/84

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 07/84.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 192/80 e 305/84.

Levanta-se a Sessão.